

Caso Master e Will Bank pode se revelar maior crise bancária do Brasil

Crise pode estar apenas começando, com consequências graves à sociedade. Por Maria Lucia Fattorelli e Fernando Cruz Moraes

Por **Redação** - 20:25 - 2 de fevereiro de 2026



Banco Master (foto de Rovena Rosa, ABr)

A liquidação do Banco Master e de seu braço digital, o Will Bank, revela muito mais do que a quebra de uma instituição financeira. O caso escancara uma engrenagem baseada em ativos de baixa qualidade, papéis podres, operações cruzadas e estruturas frágeis que colocam em risco todo o sistema financeiro nacional.

O volume de recursos envolvidos e a forma como esses riscos foram distribuídos remetem diretamente ao modelo que levou à crise bancária dos Estados Unidos em 2007 e 2008, quando papéis sem lastro desencadearam um colapso de proporções globais.

Naquele momento, o Brasil sofreu impactos limitados porque ainda mantinha um conjunto de regras e controles mais rigorosos. Hoje, o cenário é distinto. O Banco Central (BC) e o Congresso Nacional passaram a afrouxar progressivamente a regulação financeira, abrindo espaço para práticas especulativas, inclusive a venda massiva de produtos financeiros sustentados por promessas irreais de segurança e rentabilidade.

Esse quadro de maior fragilidade também está associado a mudanças estruturais recentes no sistema financeiro brasileiro. Em audiência pública [realizada na Alerj em maio de 2025](#), o economista Gustavo Cavarzan, doutor pela Unicamp e técnico do Dieese, destacou que o BC passou a orientar a regulação financeira com foco no aumento da concorrência, flexibilizando regras para instituições não bancárias como forma de enfrentar juros elevados, crédito caro e exclusão financeira.

A partir dessa proposta, o BC distribuiu regras menos rígidas para as chamadas fintechs (empresas de tecnologia que prestam serviços financeiros), provocando uma rápida

expansão: entre 2016 e 2024, o número dessas empresas regulamentadas pelo BC saltou de 1 para 258, algumas delas figurando entre as dez maiores instituições financeiras do país (como Nubank e Mercado Pago).

Na mesma audiência pública em maio de 2025, o doutor em cientista pela USP e pesquisador da Fapesp Moisés da Silva Marques já alertava para a possibilidade de risco sistêmico, citando ranking de reclamações publicado pelo próprio BC, no qual as fintechs apareciam nas 15 principais posições por problemas relacionados à falta de transparência, impossibilidade de portabilidade e fraudes em geral.

No caso do Will Bank, braço digital do Master, para ampliar a captação de clientes, figuras públicas e influenciadores, como Luciano Huck e Vini Jr., **foram utilizados como garotos-propaganda**, conferindo credibilidade social a estruturas que, na prática, escondiam fragilidades profundas.

A dimensão do problema fica evidente com a utilização bilionária de recursos do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). **A possibilidade de desembolso de até R\$ 46,9 bilhões**, até agora, para cobrir clientes do conglomerado Master representa o maior acionamento do FGC já registrado no país, transferindo para todo o sistema financeiro (e, em última instância, para a sociedade) o custo de operações malsucedidas.

Os efeitos não se limitam ao próprio conglomerado. A gestora REAG também já foi liquidada pelo Banco Central, enquanto o Banco de Brasília (BRB) aparece diretamente exposto: pagou R\$ 12,2 bilhões ao Banco Master (referente à compra de ativos inexistentes e outros papéis podres que compunham uma carteira fraudada), **conforme comprovado por investigações da Polícia Federal**, e ainda adquiriu cerca de R\$ 1,75 bilhão de ativos relacionados ao Will Bank.

Nessa circunstância, o governador de Brasília vem solicitando aportes públicos para preservar os índices de solvência. Esse encadeamento demonstra como o problema se espalha rapidamente, alcançando bancos públicos e ampliando o risco sistêmico.

Todo este risco, inclusive, já havia sido alertado anteriormente pela Auditoria Cidadã da Dívida. Em 30 de outubro de 2025, artigo intitulado “A crise do Banco Master e sua repercussão sobre os regimes próprios de previdência”, de José Menezes Gomes, Maria Lucia Fattorelli e Rodrigo Ávila, chamou atenção para a fragilidade das operações do Banco Master, o uso de papéis sem lastro e a exposição indevida de recursos públicos e previdenciários a **estruturas financeiras de alto risco**.

O texto, publicado originalmente e também repercutido pelo **Monitor Mercantil**, apontava que a busca por rentabilidade elevada, sem a devida avaliação dos riscos, poderia resultar em perdas significativas para fundos públicos e para a sociedade, antecipando o cenário que agora se materializa com a liquidação do conglomerado e a ampliação do risco sistêmico. De fato, há poucos dias a **Polícia Federal deflagrou operação para investigar aplicação de recursos previdenciários em ativos do Master**.

Adicionalmente, o Master está envolvido em **emissão de papéis de R\$ 45 bilhões referente a créditos de carbono**.

Salvos pelo Estado

A Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) denuncia há tempos que, em crises bancárias, os prejuízos privados tendem a ser absorvidos pelo Estado, aprofundando a vulnerabilidade da sociedade.

Estudos acadêmicos como o do economista Luiz Fernando de Paula, professor do Instituto de Economia da UFRJ, analisam como, em momentos críticos, o ajuste patrimonial dos bancos no Brasil frequentemente ocorre por meio da assunção de riscos pelo setor público, com a [emissão de dívida pública indexada à taxa Selic](#).



Esse mecanismo resulta em ampla transferência de recursos do Estado para o sistema financeiro e para os rentistas, criando incentivos perversos: a expectativa recorrente de socorro estatal reduz o custo do risco e torna economicamente atrativas práticas temerárias e fraudes estruturadas, como as reveladas no caso do Banco Master.

No caso do Banco Master e Will Bank, além da assunção dos danos de dezenas de bilhões pelo Fundo Garantidor de Créditos, temos um dano moral diante do envolvimento de autoridades do topo de todos os poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, como bem descreve Paulo Kliass em seu recente artigo [“Banco Master: economia ou polícia?”](#).

Em suma, o caso Master/Will evidencia um verdadeiro castelo de cartas: ganhos privatizados durante a fase de expansão, com escandaloso enriquecimento de poucos, e prejuízos socializados quando a estrutura corrupta e fraudulenta entra em colapso.

Para a Auditoria Cidadã da Dívida, os sinais indicam que essa crise pode estar apenas começando. Sem regulação efetiva, transparência e responsabilização, sem auditoria com participação popular, o Brasil corre o risco de enfrentar a maior crise bancária de sua história, com impactos econômicos e sociais de longo alcance.

Maria Lucia Fattorelli é coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida.

Fernando Cruz Moraes é jornalista da Auditoria Cidadã da Dívida.

Redação

<https://monitormercantil.com.br>

